

BROU - Brasil Administração de Bens Próprios Ltda.
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022
Circulante	77.218	70.275	Circulante	3.178	3.198
Disponibilidades	62	114	Outras obrigações	3.178	3.198
Titulos e valores mobiliários	71.560	65.265	Fiscais e previdenciárias	1.825	1.327
Titulo de renda fixa (CDB)	97	87	Diversas	1.353	1.871
Fundo de investimento de renda fixa	71.463	65.178	Patrimônio líquido	75.304	68.400
Outros créditos	2.630	2.178	Capital	56.782	56.782
Diversos	2.630	2.178	De domiciliados no exterior	56.782	56.782
Outros valores e bens	2.966	2.718	Reserva legal	1.104	760
Bens não de uso	3.010	2.717	Lucros / (prejuízos) acumulados	17.418	10.858
(Provisão p/desvalorização de Bens não de uso)	(67)	-			
Despesas antecipadas	23	1			
Permanente	1.264	1.323			
Investimentos	1	1			
Imobilizado de uso	1.263	1.322			
Imóveis de uso	2.267	2.267			
Outras imobilizações de uso	1.252	1.252			
(Depreciações acumuladas)	(2.256)	(2.197)			
Intangível	-	-			
Ativos intangíveis	30	30			
(Amortização acumulada)	(30)	(30)			
Total do ativo	78.482	71.598	Total do passivo e do patrimônio líquido	78.482	71.598

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BROU - Brasil Administração de Bens Próprios Ltda.
Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Receitas da intermediação financeira	9.402	8.023
Operações de crédito	501	1
Resultado de títulos e valores mobiliários	8.901	8.022
Outras receitas/despesas operacionais	<u>(596)</u>	<u>(2.708)</u>
Despesas de pessoal	(1.183)	(1.152)
Outras despesas administrativas	(1.124)	(1.462)
Despesas tributárias	(622)	(427)
Outras receitas e despesas operacionais	2.333	333
Resultado operacional	<u>8.806</u>	<u>5.315</u>
Resultado não operacional	<u>(67)</u>	<u>-</u>
Result. antes da tributação s/ o lucro	<u>8.739</u>	<u>5.315</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.752)	(1.248)
Participação nos lucros	(83)	(88)
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	<u><u>6.904</u></u>	<u><u>3.979</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BROU - Brasil Administração de Bens Próprios Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O BROU - Brasil Administração de Bens Próprios (Anteriormente denominado: Banco de la República Oriental del Uruguay “Filial Brasileira”) (“Empresa”) tem como objetivo a administração de bens próprios.

A Diretoria da Casa Matriz do Banco de la República Oriental del Uruguay decidiu descontinuar suas atividades financeiras no Brasil, protocolando em 15 de fevereiro de 2017 a declaração de propósito junto ao Banco Central do Brasil (BACEN). Referida declaração foi publicada no jornal DCI em 31 de março e 3 de abril de 2017.

Em 4 de maio de 2018, foi protocolado junto ao Banco Central do Brasil o Instrumento particular de transformação por nacionalização da Sucursal São Paulo, em sociedade empresária limitada.

Em 29 de novembro de 2019, o pedido de cancelamento da autorização para funcionamento do Banco e o Instrumento particular de transformação por nacionalização da Sucursal São Paulo em sociedade empresária limitada foram aprovados pelo Banco Central do Brasil, e em decorrência da mudança do objeto social passou a adotar a denominação BROU - Brasil Administração de Bens Próprios Ltda., razão pela qual a sociedade deixou de atuar como instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Em julho de 2022 a empresa foi transformada em sociedade limitada unipessoal.

A representação é exercida por representante legal, residente no país, nomeada pelo único sócio Banco de la República Oriental del Uruguay.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as quais abrangem a legislação societária, incluindo os entendimentos da NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC n° 2016/NBCTG1000(R1), e nas normas do Conselho Federal de Contabilidade que são, em geral convergentes ou em acordo com as normas internacionais (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizados julgamentos e estimativas para contabilização de determinados ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)**

A moeda funcional é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação destas demonstrações contábeis.

A autorização para conclusão das demonstrações contábeis foi dada pela Administração em 08 de janeiro de 2024.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a. Disponibilidades

As disponibilidades são compostas pelo caixa e equivalentes de caixa que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

b. Títulos e valores mobiliários

São reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

c. Outros valores e bens

Compõem-se, basicamente, de bens recebidos em dação do pagamento registrados pelo menor valor entre o saldo do crédito correspondente a receber e o valor apurado na avaliação do bem à época do seu recebimento.

Em despesas antecipadas são contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, conseqüentemente, são registrados no ativo considerando o princípio da competência.

Está representado basicamente por contribuições e despesas de seguros.

d. Investimentos

Os investimentos compreendem os títulos patrimoniais da Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP que foram substituídos por ações da CETIP S.A., mercados organizados. Em março de 2017 as ações da CETIP foram substituídas por ações da Companhia São José Holding, seguida da incorporação da Holding pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável;

e. Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo, sendo a depreciação efetuada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens;

f. Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

g. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- **Passivos contingentes:** são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

h. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A provisão para imposto de renda foi calculada com base na alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 por ano, e a contribuição social foi calculada com base na alíquota de 9%, também foram efetuadas as compensações de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro fiscal.

i. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “*pro rata*” dia. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

j. Instrumentos financeiros

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pela Empresa, quando aplicável são classificados nas seguintes categorias:

▪ **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:**

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante;

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Passivo financeiro

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo no resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

Em cada data de balanço subsequente ao reconhecimento inicial, os passivos financeiros classificados ao valor justo no resultado são reconhecidos ao valor justo diretamente no resultado do período que se originaram. O ganho ou a perda líquida reconhecida no resultado inclui eventuais juros pagos ao passivo financeiro.

Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de *impairment* para esses instrumentos financeiros.

a) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (“Teste de *impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definida como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de descontos antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado ativo, ou no preço da transação mais recente de ativos semelhantes.

4. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, cujo vencimento das operações seja igual ou inferior a 90 dias:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Disponibilidades		
Caixa	26	29
Depósitos bancários	36	85
Total	<u>62</u>	<u>114</u>

BROU - Brasil Administração de Bens Próprios Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

5. Títulos e valores mobiliários

a. Classificação da carteira de títulos e valores mobiliários

Em 31/12/2023	Qtde de cotas	Valor da cota Em reais	Saldo atualizado
Fundo RF Soberano Simples LP FICFI:	1.105.182,42698	64,661849	71.463
CDB Pré 366d:	-	-	97
Total	1.105.182,42698	64,661849	71.560

Em 31/12/2022	Qtde de cotas	Valor da cota Em reais	Saldo atualizado
Fundo RF Soberano Simples LP FICFI:	1.138.547,66747	57,246486	65.178
CDB Pré 367d:	-	-	87
Total	1.138.547,66747	57,246486	65.265

As cotas de fundos de investimentos são classificadas como ativos financeiros disponível para negociação e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. O CDB tem prazo de 366 dias, com início em 13/11/2023 e taxa pré de 10,531% a.a. Todos os investimos estão alocados no Banco Itaú BBA S.A.

6. Outros créditos - diversos

	2023	2022
Adiantamentos e depósitos para recursos	-	99
Impostos e contribuições a compensar	2.630	2.079
Total	2.630	2.178

7. Outros valores e bens

São compostos de bens não de uso próprio e despesas antecipadas:

	2023	2022
Bens não de uso próprio - Imóveis (a)	3.010	2.717
(-) Prov. p/desvalorização Bens não de uso Próprio	(67)	-
Despesas antecipadas	23	1
Total	2.966	2.718

(a) Refere-se a execução de garantias. O respectivo saldo foi registrado pelo menor valor entre o saldo do crédito correspondente a receber e o valor apurado na avaliação dos bens. Sendo os imóveis e os respectivos terrenos:

- Prédio comercial situado na Rua Nicolino Stolfa, nº 28 - Bairro do Limão - SP
- Imóvel residencial situado na Rua Bruno Alfredo Fazzi, nº 231 - Parque Cabreúva - Mairiporã
- Imóvel residencial situado na Rua Tucuna nº 1.001 apto 121 - Edifício Algarve - Perdizes - SP
- Cjto. comercial nº 113 situado na Rua Conselheiro Crispiniano, nº 139 - Consolação - SP
- Imóvel residencial situado na Rua N. Sra. Aparecida, nº 577 apto 31 - Edifício Acussiato - Caxias do Sul - RS

BROU - Brasil Administração de Bens Próprios Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

A avaliação dos bens foi realizada em 04/2019 pela empresa JC Engenharia Gestão de Ativos, exceto para os imóveis situados à Rua Nicolino Stolfa que foi avaliado em 07/2022 pela empresa Avalor, e o imóvel situado na Rua Conselheiro Crispiniano, que foi avaliado em 11/2023 pela empresa SEVENOAKS.

Com relação ao Imóvel situado em Caxias do Sul, o mesmo ainda não foi avaliado (aguardando tramites judiciais).

8. Imobilizado de uso

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imóveis de uso	1.260	1.319
Instalações, móveis e equipamentos de uso	2	2
Outros	1	1
Total	<u>1.263</u>	<u>1.322</u>

9. Outras obrigações

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fiscais e previdenciárias	1.825	1.327
Diversas (a)	1.353	1.871
Total	<u>3.178</u>	<u>3.198</u>

(a) A Empresa efetuou provisão para possíveis contingências trabalhistas em função da descontinuidade de suas atividades como então Banco no Brasil e para outras contingências, sendo:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Contingências trabalhistas	611	436
Outras contingências (i)	480	1.179
Pagamentos a efetuar	170	172
Credores diversos - país	92	84
Total	<u>1.353</u>	<u>1.871</u>

(i) As ações e processos judiciais ou administrativos movidos contra o então Banco informados pela assessoria legal, estão estimados em:

	<u>2023</u>	
	<u>Valor</u>	<u>Probabilidade de perda</u>
Processos de natureza cível	480	Provável
Processos de natureza tributária	5.778	Possível
	<u>2022</u>	
	<u>Valor</u>	<u>Probabilidade de perda</u>
Processos de natureza cível	1.179	Provável
Processos de natureza tributária	5.778	Possível

10. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em dezembro de 2020, em função da alteração do objeto social e a natureza jurídica da Empresa ocorrida em dezembro de 2019, o capital social foi ajustado para corresponder ao contrato social, dividido em 56.781.810 cotas, sendo o cotista majoritário com 56.781.808 cotas, o BROU - Instituição Governamental Uruguaia, localizada na República Oriental del Uruguay - Montevideo, e como cotista minoritária com 1 cota Irene González Pino, inteiramente integralizado em moeda corrente nacional.

Em julho de 2022, em função da alteração da natureza jurídica da Empresa, o capital social foi ajustado para corresponder ao contrato social, dividido em 56.781.810 cotas, sendo o único cotista majoritário com 100% das cotas, o BROU - Instituição Governamental Uruguaia, localizada na República Oriental del Uruguay - Montevideo, inteiramente integralizado em moeda corrente nacional.

b. Reserva legal

A reserva legal foi constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social, totalizando o valor de R\$ 1.104 (R\$760 em 2022).

11. Partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da Administração

As remunerações do pessoal-chave da Administração era realizada pelo Banco de la República Oriental del Uruguay - Casa Matriz situada no Uruguai. Dessa forma não existiram desembolsos financeiros da Filial Brasileira nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, seja pelo Banco ou pela nova Empresa.

A partir de julho de 2022 a administração passou a ser exercida por funcionária da empresa, nomeado pela Casa matriz (Uruguay) e foi desembolsado o valor bruto de R\$ 568 (R\$252 de julho a dezembro de 2022) a título de salário, férias, 13º salário e Participação nos Lucros.

12. Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 os saldos de provisão para imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) estavam assim compostos:

BROU - Brasil Administração de Bens Próprios Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	8.739	5.315
Participação nos lucros	(83)	(88)
Lucro/(Prejuízo) antes dos impostos	8.656	5.227
Adições	309	997
Exclusões	(1.465)	(827)
Base de cálculo apurada	7.500	5.397
Compensação de prejuízo/base negativa	(2.250)	(1.619)
Base de cálculo ajustada	5.250	3.778
Impostos calculados	1.752	1.248
IRPJ	1.279	908
CSLL	473	340

13. Gestão de riscos

O principal risco relacionado às atividades da nova Empresa é o risco operacional. A administração desse risco é processo que abrange diversas políticas e estratégias. A política de administração desse risco é conservadora, procurando limitar o prejuízo absoluto ao mínimo:

- **Risco operacional:** é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Empresa, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros;

A política da Empresa é composta de metodologias, procedimentos e instrumentos utilizados para garantir a eficiência e a eficácia dos processos internos de gerenciamento do risco, observando o perfil de atuação e a complexidade de suas atividades.

As diretrizes seguem as regras estabelecidas pelo acionista majoritário - BROU Montevideo e os relatórios são divulgados através do site na internet www.bancorepublica.com.uy.

14. Seguros

A Empresa permanece com a adoção de política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações contábeis.

BROU - Brasil Administração de Bens Próprios Ltda.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)**

15. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.